



Estado do conhecimento quanto ao Imposto Predial e Territorial Urbano: uma análise bibliométrica e integrativa da produção científica brasileira

State of knowledge on the Urban Property Tax (IPTU): a bibliometric and integrative analysis of brazilian scientific production

Estado del conocimiento sobre el "Imposto Predial e Territorial Urbano": um análisis bibliométrico e integrador de la producción científica brasileña

Anna Laura Pereira Rossi, mestre em Arquitetura e Urbanismo, pela IAU-USP, São Carlos, Brasil.
E-mail: anna.rossi@usp.br  <http://orcid.org/0000-0002-8583-4607>

Tomás Antonio Moreira, doutor em estudos urbano, pela IAU-USP, São Carlos, Brasil.
E-mail: tomas_moreira@sc.usp.br  <http://orcid.org/0000-0003-3061-1745>

Para citar este artigo: ROSSI, A. L. P.; MOREIRA, T. A. Estado do conhecimento quanto ao Imposto Predial e Territorial Urbano: uma análise bibliométrica e integrativa da produção científica brasileira. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 262-277, 2024.
DOI 10.5935/cadernospos.v25n2p. 262-277

Submissão: 2024-10-21

Aceite: 2025-05-01



Resumo

Este estudo bibliométrico tem como objetivo analisar o estado do conhecimento sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no Brasil. Por meio de uma abordagem metodológica que combina análises quantitativas e qualitativas, foram selecionadas diversas bases de dados e aplicados critérios de inclusão e exclusão para identificar estudos relevantes no período de 1980 a 2020. Encontraram-se 726 publicações relacionadas ao IPTU, com abordagem de temas como fundamentos do IPTU, extrafiscalidade, direito tributário, finanças municipais, entre outros. A análise dos resultados revelou uma predominância da área do Direito nas pesquisas brasileiras sobre o IPTU, com um aumento significativo de publicações a partir de 2001. Além disso, identificaram-se autores de referência e as principais temáticas abordadas nos estudos. Esses resultados contribuem para o mapeamento e compreensão do conhecimento acumulado sobre o IPTU, destacando áreas de interesse e lacunas para futuras pesquisas.

Palavras-chave: Bibliometria; IPTU; Estado do conhecimento.

Abstract

This bibliometric study aims to analyze the state of knowledge about the Urban Property and Land Tax (IPTU) in Brazil. Using a methodological approach that combines quantitative and qualitative analyses, various databases were selected, and inclusion and exclusion criteria were applied to identify relevant studies from 1980 to 2020. A total of 726 publications related to the IPTU were found, addressing topics such as IPTU fundamentals, extrafiscality, tax law, municipal finance, among others. The analysis of the results revealed a predominance of the legal field in Brazilian research on IPTU, with a significant increase in publications from 2001 onwards. Additionally, reference authors and the main themes addressed in the studies were identified. These results contribute to the mapping and understanding of the accumulated knowledge about the IPTU, highlighting areas of interest and gaps for future research.

Keywords: Bibliometrics; IPTU; State of knowledge.

Resumen

Este estudio bibliométrico tiene como objetivo analizar el estado del conocimiento sobre el Impuesto Predial y Territorial Urbano (IPTU) en Brasil. Utilizando un enfoque metodológico que combina análisis cuantitativos y cualitativos, se seleccionaron varias bases de datos y se aplicaron criterios de inclusión y exclusión para identificar estudios relevantes en el período de 1980 a 2020. Se encontraron 726 publicaciones relacionadas con el IPTU, abordando temas como fundamentos del IPTU, extrafiscalidad, derecho tributario, finanzas municipales, entre otros. El análisis de los resultados reveló un predominio del área del Derecho en las investigaciones brasileñas sobre el IPTU, con un aumento significativo de publicaciones a partir de 2001. Además, se identificaron autores de referencia y las principales temáticas abordadas en los estudios. Estos



resultados contribuyen al mapeo y comprensión del conocimiento acumulado sobre el IPTU, destacando áreas de interés y lagunas para futuras investigaciones.

Palabras clave: Bibliometría; IPTU; Estado del conocimiento.

INTRODUÇÃO¹

O Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) é um tributo de âmbito municipal que incide sobre a propriedade urbana, pautado no valor venal do imóvel. Sua finalidade consiste em prover recursos aos municípios com vistas a viabilizar a prestação de serviços públicos e fomentar o desenvolvimento urbano. A arrecadação proveniente do IPTU assume papel importante na gestão e no planejamento das áreas urbanas, almejando assegurar a equidade fiscal e a sustentabilidade financeira dos entes municipais. Ademais, o IPTU ostenta a qualidade de um dos tributos municipais de maior relevância, constituindo uma fonte crucial de receita para os governos locais (Ipea, 2009).

A justa distribuição do encargo tributário do IPTU, lastreada na capacidade contributiva dos proprietários de imóveis, propicia a implementação de políticas públicas voltadas à mitigação das disparidades socioeconômicas e à promoção do bem-estar coletivo. Nesse sentido, o IPTU assume também uma posição estratégica na promoção do desenvolvimento equitativo, na construção de cidades mais inclusivas e justas (Batista, 2014).

Entretanto, a aplicação do IPTU não está isenta de desafios. A variação das alíquotas e da base de cálculo pode influenciar o valor dos imóveis e a oferta habitacional nas áreas urbanas. Ademais, os governos municipais enfrentam obstáculos na gestão e na cobrança eficiente do IPTU, tais como a inadimplência e a necessidade de uma avaliação imobiliária precisa (Lopes; Novais; Lopes, 2017; De Cesare, 2016). Além disso, surgem debates acerca da equidade fiscal e social na aplicação do IPTU, considerando-se aspectos como isenções, progressividade que ainda é pouco aplicada.

Em suma, a bibliografia recente, que se concentra predominantemente na área do Direito e da Economia, aponta que falta de equidade de avaliações realizadas para fins tributários, a incoerência entre os valores estimados e valores de mercado e os embates nas atualizações das PGV para fins tributários são os principais desafios de aprimoramento de aplicação de IPTU a ser enfrentado em todo o país.

Diante desse panorama, revela-se pertinente a condução de investigações aprofundadas sobre o IPTU, com o intuito de compreender sua aplicação, seus impactos e possíveis aprimoramentos. O presente estudo bibliométrico visou desempenhar um papel no avanço do conhecimento sobre o IPTU no contexto

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Brasil. Número do processo 2020/13980-7.



brasileiro, fornecendo percepções acerca das temáticas predominantes, das lacunas existentes na pesquisa dessa temática e das tendências no campo. Tais informações são de suma importância para fundamentar estudos e basear políticas públicas mais eficientes e equitativas relacionadas ao IPTU, impulsionando, assim, o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida nas áreas urbanas.

A pesquisa bibliométrica é uma metodologia que pretende mensurar, caracterizar e qualificar a ciência por meio de indicadores obtidos a partir da análise de artigos científicos, periódicos e outras fontes de informação acadêmica.

A pesquisa bibliométrica desempenha um papel fundamental na análise do estado do conhecimento sobre uma temática de estudo e pesquisa, como o caso do IPTU. Ela permite identificar e mapear as publicações científicas relacionadas, proporcionando compreensão abrangente do alcance e da diversidade do conhecimento produzido sobre determinado tema. Ao possibilitar reunir dados quantitativos e qualitativos sobre a produção acadêmica, como autores, periódicos, tendências e áreas de conhecimento envolvidas, a pesquisa bibliométrica oferece uma visão panorâmica e sistemática do campo. A análise bibliométrica possibilita, ainda, identificar tendências emergentes, áreas de pesquisa consolidadas e possíveis lacunas no conhecimento. Isso é crucial para direcionar esforços de pesquisa e promover um avanço equilibrado do conhecimento nos diferentes campos. Outro aspecto relevante é sua capacidade de revelar as relações entre autores, a colaboração científica e a transmissão de ideias, como “colégios invisíveis”, identificando a formação de redes de conhecimento e influências intelectuais.

O objetivo do estudo bibliométrico aqui apresentado foi analisar o estado do conhecimento sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no Brasil, com o intuito de contribuir para a compreensão do panorama atual das pesquisas sobre esse imposto específico no contexto urbano e tributário. O objetivo principal consistiu em realizar uma análise abrangente das publicações científicas relacionadas ao IPTU, disponíveis em bases abertas de disseminação, no período de 1980 a 2020, redigidas em português. Como objetivos específicos, visou-se identificar os principais marcos teóricos e metodológicos, as abordagens predominantes e os autores de referência no campo do IPTU, traçar uma periodização dos estudos e nichos de conhecimento predominantes. Sendo assim, parte-se dos questionamentos: Quais são os marcos e abordagens quanto ao estudo do IPTU no país? Quais autores são referência nacional no assunto? É possível traçar uma periodização e localização desses estudos?

O presente estudo se justifica pela relevância do IPTU como um dos principais tributos municipais no Brasil, cuja gestão eficiente pode afetar diretamente o desenvolvimento urbano e a qualidade de vida dos cidadãos. Este imposto não apenas constitui uma fonte significativa de receita para os municípios, mas também desempenha um papel crucial na promoção da equidade fiscal e na ordenação do espaço urbano. Diante da importância estratégica do IPTU, esta



pesquisa contribui para que pesquisadores da área possam se aprofundar e preencher lacunas existentes na literatura especializada sobre o tema.

O trabalho foi organizado em quatro seções além desta introdução, que busca apresentar o contexto e os objetivos da pesquisa. A seção de Métodos e Materiais descreve as abordagens metodológicas empregadas, incluindo a seleção de bases de dados e os critérios de inclusão e exclusão dos estudos. Em seguida, a de Análise dos Resultados apresenta os principais achados obtidos a partir das análises quantitativas e qualitativas sobre o IPTU no Brasil, abordando temas como fundamentos legais, impactos socioeconômicos e políticas municipais. Na seção de Discussão, são exploradas as implicações dos resultados encontrados e feitas comparações com estudos anteriores, enquanto a seção de Conclusão sintetiza as principais contribuições da pesquisa.

MÉTODOS E MATERIAIS

O uso de métodos estatísticos e matemáticos na análise de obras literárias é conhecido como bibliometria (Chueke; Amatucci, 2015). No campo das ciências sociais aplicadas, estudos bibliométricos focam em examinar a produção de artigos em determinado domínio do conhecimento, mapear as comunidades acadêmicas e identificar redes de pesquisadores e suas motivações. Esses objetivos são alcançados através da criação de indicadores que resumem as instituições e autores mais produtivos, os acadêmicos mais citados e as redes de coautorias (Okubo, 1997).

O processo de sistematização de literatura, no entanto, não se limita apenas à bibliometria e à meta-análise, que são abordagens quantitativas discutidas neste artigo. Como alternativa, pode-se utilizar a revisão integrativa de literatura, um tratamento qualitativo mais aprofundado que busca analisar amostras menores. A revisão integrativa de literatura é uma forma de pesquisa que tenciona analisar, criticar e sintetizar um corpo representativo de literatura sobre um tema específico, integrando os achados por meio de *frameworks* e perspectivas (Torraco, 2005).

Os procedimentos metodológicos realizados foram baseados no método de Revisão Integrativa, conforme o trabalho de Torraco (2005), bem como de Chueke e Amatucci (2015). A Revisão Integrativa apresenta a estrutura de uma pesquisa bibliométrica que combina estratégias quantitativas e qualitativas. Esse método se estrutura em cinco etapas principais: criação de um protocolo de pesquisa que define as questões principais do estudo que devem ser respondidas; identificação de estudos relevantes, pela busca em bases de dados; sistematização de produções em fichas de avaliação, tabulando dados quantitativos e analisando dados qualitativos de estudos selecionados; síntese dos dados, realizando a análise dos resultados obtidos; e, por fim, a integração de resultados, respondendo às perguntas iniciais de pesquisa.



Conforme a estrutura metodológica escolhida, a Revisão Integrativa realizada seguiu os seguintes procedimentos para o estudo do estado do conhecimento quanto ao IPTU no Brasil:

PROCEDIMENTOS REVISÃO INTEGRATIVA	
01 - Protocolo de pesquisa	Quais são os marcos e abordagens quanto ao estudo do IPTU no país? Quais autores são referência nacional no assunto? É possível traçar uma periodização e localização desses estudos?
02 - Identificação dos estudos relevantes	<p>A. Termos para busca: "IPTU" or "Imposto Predial e Territorial Urbano" or "Imposto Predial Urbano" no título e/ou no assunto e/ou nas palavras chave, a depender das possibilidades de busca de cada site</p> <p>B. Acervos para busca: Catálogo de teses e dissertações CAPES; Portal AGUIA de busca integrada (USP); Portal de periódicos CAPES; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações; Dados Abertos CAPES</p> <p>C. Critérios de inclusão: Obras em português, dentro do período estabelecido (1980-2020), com acesso aberto e com possibilidade de coleta das seguintes informações: Autores; Ano; Título; Palavras-chave; Referências; Tipo de publicação; Local da publicação</p>
03 - Fichas de avaliação	<p>Critérios da primeira análise e tabulação: Autores; Ano; Título; Palavras-chave; Referências (com as palavras de busca no título ou assunto); Tipo de publicação; Local da publicação.</p> <p>Após esse procedimento, as referências com maior frequência serão analisadas segundo os seguintes critérios: Embasamento teórico: compreender a abordagem do autor; Objetivo do estudo; Aplicação do estudo; Recomendações, quando houverem, para outras pesquisas.</p>
04 - Síntese dos dados	Análise das informações coletadas nas fichas de avaliação, visando estruturar marcos, abordagens, periodização e localização. Nesse processo serão gerados gráficos e linhas do tempo para estruturar visualmente as informações.
05 - Integração dos resultados	Responder às perguntas de pesquisa por comparação e contraste.

Figura 1: Procedimentos da Revisão Integrativa realizada.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

É importante considerar que, apesar da metodologia bibliométrica ser uma abordagem válida e útil para analisar o estado do conhecimento sobre determinado tema, existem algumas limitações a serem consideradas. A seleção das bases de dados utilizadas na pesquisa pode estar sujeita a vieses e restrições, uma vez que nem todas as bases podem abranger completamente a produção científica sobre o IPTU no Brasil. Os critérios de inclusão e exclusão também podem apresentar limitações, pois determinadas publicações podem ter sido excluídas por não atenderem a todos os critérios estabelecidos. Além disso, é importante reconhecer que a análise bibliométrica não permite avaliação aprofundada da qualidade intrínseca dos estudos, sendo necessário considerar outras estratégias complementares para uma compreensão mais completa do tema.

Análise dos resultados

A partir dos procedimentos realizados, o número total de publicações levantadas no estudo foi de 726, sendo 388 na Periódicos Capes, 101 na Base Águia, 272 na Teses e Dissertações Capes e 60 publicações na Base de Dissertações e Teses. Realizou-se a exclusão de duplicatas.



Após a tabulação inicial dos resultados, foi possível analisar a distribuição das publicações ao longo do tempo, do espaço e a identificação de nichos de conhecimento.

Quanto à periodicidade da produção de conhecimento em relação ao IPTU no país, observou-se um aumento significativo no número de publicações sobre o assunto após 1988 e um novo aumento a partir de 2001. Nos últimos três anos (2017 a 2020), houve uma pequena queda na produção científica relacionada ao tema. Apresenta-se abaixo o gráfico resultado da análise da produção ao longo do tempo. Essa periodicidade pode estar relacionada à promulgação do Estatuto da Cidade e sua repercussão na esfera acadêmica.

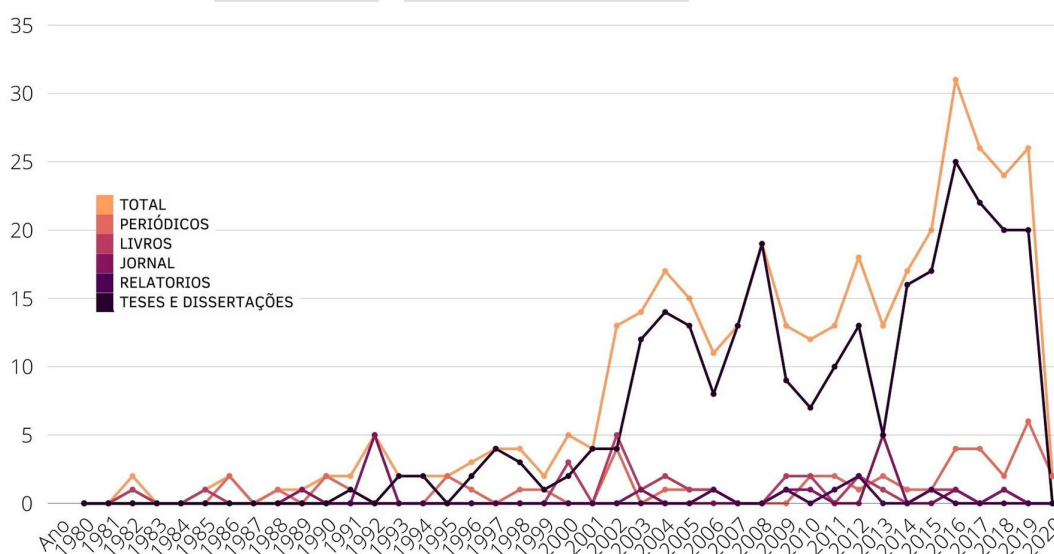


Figura 2: Distribuição das publicações levantadas quanto ao IPTU ao longo do tempo por ano de publicação.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Quanto à localidade das publicações, identificou-se a predominância do Sudeste, com contribuição significativa realizada no estado de São Paulo, como pode ser observado no gráfico a seguir. Essa concentração geográfica relaciona-se com as universidades que reúnem a maior produção relacionada à temática no país, como veremos a seguir.

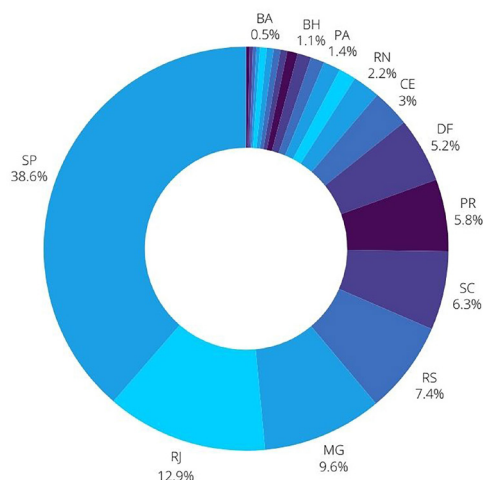


Figura 3: Distribuição das publicações levantadas sobre o IPTU por localidade da publicação.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

A área de conhecimento predominante nos estudos sobre o IPTU, com base nas informações fornecidas, é o Direito, seguido pela Economia e por estudos interdisciplinares que, em sua maioria, combinam conhecimentos do Direito com demais setores. Outros campos que possuem estudos sobre o IPTU são a Economia, Administração, Geografia, Arquitetura e Urbanismo e áreas consideradas interdisciplinares, por combinar uma ou mais das anteriormente citadas, com predominância da combinação da disciplina do Direito com as demais.

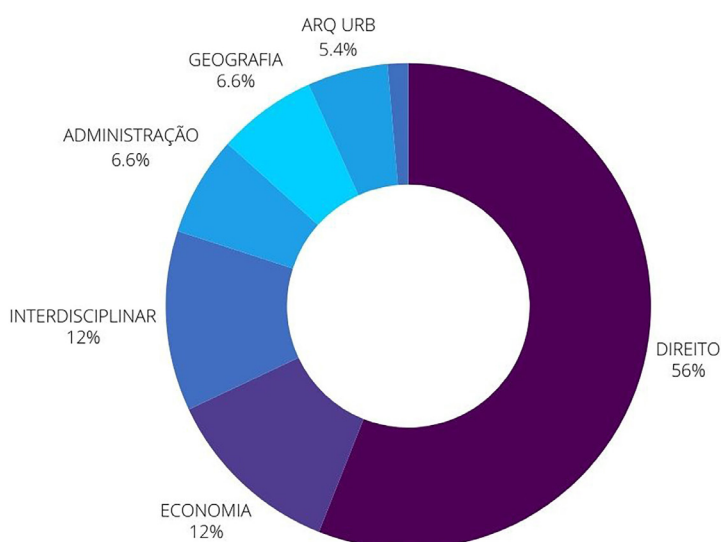


Figura 4: Distribuição das publicações levantadas sobre o IPTU por área do conhecimento da publicação.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

A produção de pesquisas científicas e seus resultados, como teses e dissertações, predominou em relação aos trabalhos sobre IPTU, apontando que o tema é

bastante abordado, porém, sem a correspondente produção de artigos em periódicos e anais de evento, resultante das pesquisas realizadas.

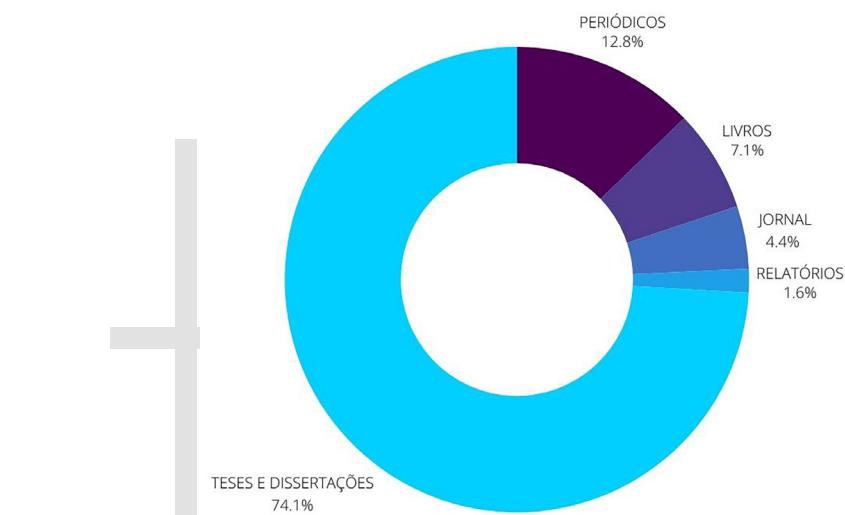


Figura 5: Distribuição das publicações levantadas sobre o IPTU por tipo de publicação.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022

Entre a produção exclusivamente de pesquisas científicas de pós-graduação e seus resultados (teses, dissertações, monografias), houve grande predominância das pesquisas de mestrado acadêmico realizadas sobre a temática. Os orientadores que constam com maior frequência na sistematização de dados quanto a teses e dissertações são, em ordem, Paulo de Barros Carvalho, Roque Antonio Carrazza, Elizabeth Nazar Carrazza, Alberto Nogueira, Hugo Thamir Rodrigues e Adilson Rodrigues Pires. Estes se encontram, em sua maioria, lecionando e orientando Direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. As universidades que se destacaram quanto à quantidade de publicações sobre o tema IPTU no país, em ordem decrescente, foram: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Paraná e Universidade Santa Cruz do Sul. Esse dado aponta que a produção do conhecimento a respeito do IPTU no país concentra-se como referência no curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e seus professores pesquisadores.

Após a conclusão da análise da totalidade da produção, foram selecionados 25 trabalhos científicos com significativa relevância na temática, verificada pelas métricas de alcance e citações das plataformas consultadas. Tais artigos representam uma amostra da literatura disponível sobre o IPTU para aprofundamento do estudo bibliométrico, fornecendo novas bases para a análise.

Os autores citados nos artigos foram sistematizados, visando compreender sua frequência e determinar quais deles são mais utilizados como embasamento teórico para publicações científicas sobre o tema. Sob o recorte de 25

publicações analisadas, estabeleceu-se a seguinte estruturação (Figura 6) que apresenta o peso de determinados autores para o conjunto. Os mais citados são predominantemente da disciplina do Direito Tributário e possuem livros e artigos científicos que fornecem conhecimentos-base para a compreensão da aplicação do IPTU no país.



Figura 6: Nuvem de palavras dos autores citados nos artigos analisados, com pesos determinados pela frequência de citações.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

Ao analisar os 25 artigos sobre o IPTU no Brasil, é possível identificar os enfoques predominantes adotados pelos pesquisadores. A maioria dos estudos concentra-se em abordagens jurídicas, com ênfase nas normas constitucionais e infraconstitucionais relacionadas ao IPTU e à política tributária. Esses trabalhos exploram questões como a conformidade da legislação municipal, a legitimidade passiva do IPTU e o uso de alíquotas progressivas ao longo do tempo.

Os dados apresentados nesse conjunto de estudos abrangem ampla gama de objetivos de pesquisa relacionados ao Imposto Predial e Territorial Urbano no Brasil. Tais pesquisas visam apresentar evidências do potencial não explorado do IPTU e defender melhorias em sua aplicação, por meio de diferentes abordagens e metodologias, e propõem modelos e estratégias para tornar sua cobrança mais justa, equitativa e eficiente. Os estudos estão alinhados no sentido de aprimorar a gestão do IPTU e promover uma melhor utilização do imposto como instrumento de política fiscal.

Além disso, alguns trabalhos compartilham o objetivo de analisar a representatividade do IPTU na arrecadação própria dos municípios estudados, pela visão da disciplina da Administração Pública. Essas pesquisas buscam entender a importância do IPTU como fonte de receita para os municípios e sua

contribuição para a sustentabilidade financeira das administrações municipais. A análise contribui para uma compreensão mais abrangente do papel do IPTU na gestão fiscal pública.

Outra relação observada entre os estudos está relacionada à metodologia e técnicas utilizadas. Vários estudos empregam modelos de programação linear, otimização, teoria dos conjuntos *fuzzy*, regressão espacial e outras abordagens analíticas para calcular alíquotas, estimar valores venais, avaliar o potencial de arrecadação e analisar os impactos do IPTU, abordagens que se referem à Economia e Econometria. Tal relação metodológica indica um interesse compartilhado em desenvolver métodos e ferramentas analíticas para o estudo do IPTU.

Outro enfoque secundário, encontrado nos artigos, é a análise do IPTU como instrumento de política urbana ao ser aplicado de forma extrafiscal, visando promover a função social da propriedade e regular o uso e ocupação do solo. Os pesquisadores examinam a aplicação do imposto predial como uma ferramenta de intervenção no desenvolvimento urbano, abordando questões como interesse social, sustentabilidade, desenvolvimento cultural e combate à especulação imobiliária, pela sua progressividade no tempo. Esses estudos convergem na defesa da aplicação do IPTU progressivo como um meio de promover um desenvolvimento urbano mais equilibrado, sustentável e socialmente justo.

Há também estudos que se dedicam a investigar os benefícios tributários do IPTU para os contribuintes e a sua relação com práticas sustentáveis. Esses estudos exploram a implementação de políticas como o “IPTU Verde” e analisam os impactos financeiros e ambientais dessas práticas nas cidades. É importante ressaltar que, apesar dos diferentes enfoques adotados pelos pesquisadores, há uma interseção entre os temas abordados nos artigos.

No que se refere aos métodos empregados, observa-se uma diversidade de abordagens. Predominam as pesquisas documentais, com análise de leis, regulamentos e documentos governamentais relevantes, complementadas por pesquisas bibliográficas que exploram a literatura existente sobre o tema. Alguns estudos adotam o método de estudo de caso, analisando experiências específicas em municípios selecionados. Essa variedade de métodos contribui para uma compreensão mais aprofundada e embasada do IPTU e de suas implicações no contexto brasileiro. No entanto, é importante ressaltar algumas limitações metodológicas identificadas nos artigos, como amostras limitadas que restringem a generalização dos resultados, a falta de estudos comparativos entre diferentes municípios e a ausência de avaliações de longo prazo, o que limita a compreensão completa do impacto do IPTU e de suas políticas correlatas. Essas limitações destacam a necessidade de pesquisas adicionais para preencher essas lacunas e fornecer uma base mais sólida para a formulação de políticas públicas relacionadas ao IPTU.



Outra problemática é a falta de interdisciplinaridade nos estudos. Uma abordagem mais integrada e multidisciplinar poderia enriquecer a compreensão do IPTU, considerando suas dimensões legais, econômicas, sociais e espaciais. A diversidade de abordagens poderia ser mais explorada nas pesquisas sobre o IPTU, incluindo perspectivas econômicas, geográficas e sociológicas combinadas, a fim de obter uma compreensão mais abrangente e aprofundada do IPTU e seus impactos na sociedade.

Ao analisar as recomendações apresentadas nos 25 artigos sobre o IPTU no Brasil, é possível identificar algumas relações entre as pesquisas. Alguns artigos destacam a importância de investigar questões relacionadas ao IPTU de maneira mais aprofundada e ampliar o escopo das pesquisas. Uma recomendação recorrente é a realização de estudos de caso em outros municípios brasileiros. Vários artigos mencionam a possibilidade de aplicar as metodologias utilizadas em diferentes contextos urbanos, a fim de avaliar a eficácia das políticas de IPTU e entender como elas podem ser aprimoradas. Outras recomendações incluem aprofundar a compreensão dos impactos do IPTU na sociedade e na economia local, explorar a relação entre benefícios tributários e práticas sustentáveis, investigar os limites e possibilidades da legislação atual do IPTU e promover estudos sobre a participação da comunidade na implementação de políticas, como o IPTU progressivo.

Discussão

A partir da pesquisa bibliométrica aqui apresentada, foi possível afirmar que há áreas que merecem maior atenção e aprofundamento na pesquisa sobre o IPTU. Portanto, para avançar nesse campo de estudo, é necessário o desenvolvimento de trabalhos que preencham essas lacunas e explorem essas áreas menos estudadas, contribuindo para uma compreensão mais completa do IPTU e suas implicações na esfera urbana e tributária.

A partir da análise exclusiva de palavras-chave e de títulos das produções, identificaram-se as temáticas mais frequentes nos estudos sobre o IPTU e agrupadas pela pesquisadora em uma proposta de oito nichos de conhecimento, sendo: Fundamentos do IPTU, Extrafiscalidade, Direito Tributário, Finanças Municipais, Cadastro Multifinalitário, Avaliação de Imóveis para Fins Fiscais, Princípios de Equidade e Justiça, e Mercado Imobiliário. As temáticas estão relacionadas ao contexto do IPTU e abordam questões normativas, sociais, financeiras, cadastrais e de mercado. As interseções e conexões entre as temáticas predominantes são evidentes, uma vez que o IPTU é um tema multidisciplinar que abrange diferentes áreas do conhecimento, como o Direito, a Economia, a Administração Pública e a Geografia Urbana. Essas interseções podem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento sobre o IPTU.



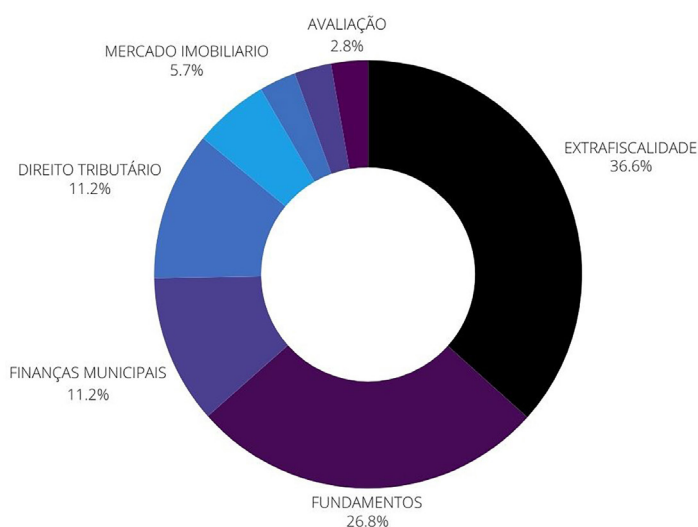


Figura 7: Distribuição da produção científica analisada por temática identificada pela autora.

Fonte: Elaborada pelos autores, 2022.

O nicho que trata dos Fundamentos do IPTU aborda questões jurídicas relacionadas à instituição, cobrança e fiscalização do IPTU. Questões como a legalidade, proporcionalidade, progressividade e finalidade do IPTU são exploradas, assim como os aspectos constitucionais e legais que regem sua cobrança. A temática do Direito Tributário concentra-se nos princípios e fundamentos jurídicos que embasam a instituição e aplicação desse imposto. Aspectos como legislação tributária e discussão sobre sua constitucionalidade, detalhes processuais e de controle judicial são explorados nesse contexto. Em ambos os nichos de conhecimento predomina quase que exclusivamente a disciplina do Direito como produtora de saberes e pesquisas. As produções dos nichos encontram-se em referências nas produções dos demais, o que aponta sua relevância para a compreensão do IPTU.

A Extrafiscalidade é outro nicho relevante, que investiga o papel do IPTU como instrumento de política pública. Nesse contexto, o imposto vai além da arrecadação de recursos financeiros, sendo utilizado para promover a função social da propriedade, a sustentabilidade urbana e o ordenamento do espaço urbano, por exemplo, por meio do IPTU progressivo no tempo e IPTU verde. O Cadastro Multifinalitário é um nicho que destaca a importância de um cadastro abrangente e preciso dos imóveis para uma correta avaliação e cobrança. Questões como a atualização cadastral, identificação de imóveis irregulares, delimitação de zonas fiscais e o uso de tecnologias de geoprocessamento são consideradas para a eficiência da arrecadação do imposto. O nicho que trata de Mercado Imobiliário também traz importantes contribuições para a compreensão do IPTU, abordando questões de compra de imóveis, dinâmicas de mercado, dinâmicas de ocupação do espaço urbano num viés econômico, que difere da valoração. No caso, a interdisciplinaridade se faz bastante presente, mesclando conhecimentos da Geografia, do Direito, da Administração, da Economia e da Arquitetura e Urbanismo. A Arquitetura e Urbanismo se dedica, com grande

predominância, nos estudos do IPTU progressivo no tempo e sua relação com a função social da propriedade.

As Finanças Municipais são abordadas como um nicho importante, analisando o papel do IPTU na receita e no planejamento financeiro dos municípios. Questões relacionadas à gestão dos recursos arrecadados, sua alocação orçamentária, a capacidade fiscal dos municípios e a relação com outros tributos municipais são discutidas nesse contexto. A Avaliação de Imóveis para fins fiscais é outro nicho relevante, explorando os métodos e critérios utilizados para determinar o valor fiscal do imóvel no cálculo do IPTU. Aborda-se a avaliação comparativa de mercado, a avaliação por renda e a avaliação por custo, bem como a importância de uma valoração justa dos imóveis para uma cobrança equitativa do imposto. Nesses casos, predominam-se as disciplinas da Economia e Administração, com participação do Direito secundariamente.

Por fim, a discussão sobre Princípios de equidade e justiça é de extrema relevância para a aplicação do IPTU e envolve a progressividade do imposto de modo fiscal, ou seja, sua cobrança proporcional ao valor do imóvel ou renda do contribuinte, visando tornar a carga tributária mais justa e distributiva. Também são abordadas questões relacionadas à capacidade contributiva dos proprietários de imóveis e outros princípios entendidos como necessários para se visar à equidade e à justiça (fiscal e social). Nesse nicho predominam-se produções da disciplina do Direito.

A análise bibliométrica revelou possíveis tendências emergentes nessas temáticas predominantes, indicando áreas de pesquisa em crescimento e desenvolvimento no campo do IPTU. Uma dessas tendências diz respeito ao IPTU Verde, que se destaca como uma abordagem promissora para promover práticas sustentáveis em áreas urbanas. Diversos artigos abordaram a implementação do IPTU Verde e seus benefícios tanto para a população quanto para o meio ambiente. O enfoque reflete a preocupação crescente com a sustentabilidade e com a busca por soluções que integrem aspectos ambientais e tributários. Além disso, a utilização do georreferenciamento também se mostrou tendência importante, permitindo uma análise mais precisa e detalhada das questões relacionadas ao IPTU, como a identificação de propriedades subutilizadas e a análise da distribuição espacial das cargas tributárias.

No entanto, também foram identificadas áreas pouco exploradas nas temáticas identificadas. Um exemplo é a discussão sobre igualdade, justiça e progressividade no contexto do IPTU. Embora alguns artigos tenham abordado essas questões, ainda há espaço para aprofundar as análises e propor abordagens mais efetivas para promover a equidade na distribuição da carga tributária. Além disso, a relação entre o IPTU e o espaço urbano ainda apresenta lacunas a serem preenchidas. Poucos estudos abordaram de forma abrangente como o IPTU pode ser utilizado como instrumento de intervenção no desenvolvimento urbano, combatendo vazios urbanos, especulação imobiliária e promovendo a função social da propriedade, com exceção do IPTU progressivo. As áreas menos exploradas



indicam a necessidade de pesquisas adicionais para aprofundar o conhecimento sobre aspectos específicos do IPTU, contribuindo para um debate mais abrangente e embasado na formulação de políticas públicas relacionadas ao imposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica dos artigos científicos selecionados permitiu uma compreensão mais abrangente do estado do conhecimento sobre o IPTU no país. Identificou-se que os estudos abordam questões relevantes para a temática do presente estudo bibliométrico, como a avaliação do impacto do IPTU nas finanças municipais e o seu uso como instrumento de planejamento urbano. Além disso, os estudos apresentaram metodologias rigorosas e contribuições significativas para o conhecimento existente. Com base nessa análise, foram identificadas lacunas de pesquisa que podem ser exploradas em futuros trabalhos, como a investigação dos efeitos do IPTU sobre o desenvolvimento sustentável das cidades e a análise comparativa entre diferentes sistemas de IPTU em diferentes contextos municipais.

Com base na análise crítica dos artigos científicos selecionados, este estudo bibliométrico oferece uma contribuição significativa para o avanço do conhecimento sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no contexto nacional. Por meio dessa análise, foram mapeados e avaliados o estado atual do conhecimento, os principais tópicos de pesquisa abordados e as lacunas existentes. Ao examinar os artigos científicos, foi possível adquirir uma visão abrangente das pesquisas realizadas até o momento, permitindo a identificação das principais abordagens e tendências na área.

A análise também identificou lacunas de pesquisa que merecem atenção e aprofundamento em futuros estudos. Dentre elas, destaca-se a necessidade de investigar os efeitos do IPTU sobre o desenvolvimento sustentável das cidades, bem como realizar análises comparativas entre diferentes sistemas de IPTU em contextos municipais diversos. Essas lacunas representam oportunidades para pesquisas adicionais que contribuam para preencher as lacunas existentes e aprofundar o conhecimento sobre o tema.

Recomenda-se, portanto, que futuras pesquisas bibliométricas sobre o IPTU no Brasil considerem as tendências emergentes identificadas, como o IPTU Verde e o uso de georreferenciamento, como áreas promissoras para investigação. Além disso, é importante que as pesquisas sejam realizadas de forma a abordar as lacunas identificadas, como a necessidade de uma maior interdisciplinaridade nos estudos, a realização de trabalhos comparativos entre diferentes municípios e regiões, e a inclusão de abordagens longitudinais para entender os efeitos do IPTU ao longo do tempo. Pesquisas futuras devem também considerar a promoção da justiça e equidade na tributação, investigando como o IPTU pode ser utilizado de maneira mais justa e equitativa. É fundamental explorar a relação entre benefícios tributários e práticas sustentáveis, investigar os limites e possibilidades da



legislação atual do IPTU, e promover estudos sobre a participação da comunidade na implementação de políticas, como o IPTU progressivo. Abordar essas lacunas não só ampliará o conhecimento sobre questões específicas relacionadas ao IPTU, mas também contribuirá para a formulação de políticas públicas mais eficazes e justas no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Y. C. *Capitalização do imposto de propriedade no preço de mercado dos imóveis*. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) — Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/caf9e8e8-6d65-4502-8c71-8c3c1927a97e>. Acesso em: 30 set. 2024.
- CHUEKE, G.; AMATUCCI, M. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. *Internext*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 1-5, 2015. DOI <https://doi.org/10.18568/1980-4865.1021-5>. Disponível em: <https://internext.espm.br/internext/article/view/330>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- DE CESARE, C. M. *Sistemas del Impuesto Predial en América Latina y el Caribe*. New Hampshire: Puritan Press: Lincoln Institute of Land Policy, 2016. Disponível em: <https://www.lincolninst.edu/app/uploads/legacy-files/pubfiles/sistemas-del-impuesto-predial-full-3.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Política fiscal e justiça social no Brasil: o caso do IPTU*. Comunicado número 28, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5314>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- LOPES, R. P. M.; NOVAIS, I. C.; LOPES, J. I. V. Esforço fiscal e ônus político nas cidades médias: o desempenho de Vitória da Conquista na arrecadação do IPTU. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, p. 1-16, 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/view/2309>. Acesso em: 30 set. 2024.
- OKUBO, Y. Bibliometric indicators and analysis of research systems: methods and examples. OECD Science, Technology and Industry Working Papers, 1997/01. *OECD Publishing*, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1787/208277770603>. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/bibliometric-indicators-and-analysis-of-research-systems_208277770603. Acesso em: 21 out. 2024.
- TORRACO, R. Writing integrative literature reviews: guidelines and examples. *Human Resource Development Review*, v. 4, n. 3, p. 356-367, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1534484305278283>. Acesso em: 14 maio 2024.

